



## CARTA FINAL DA REUNIÃO DO CONSELHO ATY GUASU TEKOHA GUASU DOURADOS AMAMBAIPEGUA I

Aos povos do mundo,

### **Denúncia Internacional do Genocídio e Etnocídio em curso contra o povo Guarani e Kaiowá**

Entre os dias 21 e 24 de junho de 2021, ocorreu a grande assembleia do povo Guarani e Kaiowá no *tekoha* Kunumi Poty Verá, retomada localizada no município de Caarapó que compõe a Terra Indígena Dourados Amambai Peguá I, reconhecida em 2016. Este encontro de memória e luta ocorre após 5 anos do Massacre de Caarapó, quando latifundiários da região atacaram a retomada e assassinaram Clodiode de Souza, agente de saúde Guarani-Kaiowá de 27 anos, além de resultar em mais de 12 feridos, incluindo uma criança de 12 anos. Dois anos após o ocorrido, em setembro de 2018, prenderam o pai de Clodiode, Sr. Leonardo de Souza, condenado a 18 anos de prisão, criminalizado pela resistência do nosso povo. Participam desta assembleia e subscrevem esta denúncia também os demais *tekoha* presentes, quais sejam: Guapoy, Ñamoi Guavira'i, Jeroky Guasu, Yvy Katu, Taquara, Cerrito, Sombreiro, Arroio Corá, Guaimbé, Lagoa Rica-Panambi, Rancho Jacaré, Guassuty e Pirajui. A assembleia ocorreu com todas as medidas de biossegurança necessárias: distanciamento, máscaras, álcool-gel.

Também estiveram presentes representantes do Conselho Terena, que trouxeram sementes de arroz para troca de sementes, além de organizações e movimentos populares para apoiar a reunião e luta indígena: Liga dos Camponeses Pobres (LCP); Associação dos Advogados do Povo (ABRAPO); Movimento Feminino popular (MFP); Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB); Centro de Direitos Humanos; Alvorada do Povo; Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia (ExNepe); União da Juventude Comunista (UJC); Movimento Classista de Trabalhadores da educação e Comitê de Socorro Popular - Jardim Santa Felicidade. Por entender que nossa luta é uma só, produzimos a **Carta dos povos originários Guarani Kaiowa ao povo brasileiro**, que será divulgada conjuntamente a este documento final, onde chamamos atenção para a criminalização de nossas lideranças e também dos camponeses da LCP em Rondônia, do Acampamento Manoel Ribeiro, com os quais nos levantamos em solidariedade aos ataques sofridos.

Ao longo do evento, relembramos todos os mártires de nosso povo, caídos na luta pela terra, para reafirmar que defenderemos nosso *tekoha* até o fim. A Assembleia entendeu que a luta e a autodeterminação é o caminho que temos em nossas mãos para fazer reaver os nossos direitos, pois nunca vivemos em paz com as classes dominantes, que estão mantendo a lei com a força das armas. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro



declarou guerra contra o povo e nós vamos responder. Iremos juntar nossos aliados pois a luta é comum e o inimigo é o mesmo.

Desde nossos territórios, acompanhamos as manifestações contra o Projeto de Lei 490/07 e o Marco Temporal em Brasília, onde nossos parentes Guarani e Kaiowá encontram-se reunidos com os povos indígenas de todo o Brasil e organizaram o acampamento “Levante pela Terra”, para resistir a todo conjunto de violações de nossos direitos garantidos pela Constituição de 1988, conforme definidos pelos artigos 231 e 232 desta Magna Carta. Nossos parentes foram duramente reprimidos em Brasília por lutar, a mando do presidente da FUNAI Marcelo Xavier, militar e aliado dos ruralistas. O Projeto de Lei 490 de 2007 resultará em: 1) inviabilização da demarcação de Terras Indígenas no Brasil, inclusive por meio da anulação de Terras já demarcadas, transferindo a competência das demarcações ao Congresso Nacional; 2) abertura das Terras Indígenas para o garimpo, a mineração, o agronegócio - incluindo transgênicos e agrotóxicos -, turismo, grandes hidrelétricas e projetos de infraestrutura - a exemplo de rodovias e ferrovias - para explorarem e destruírem nossas terras e o nosso povo. Ao mesmo tempo, corre PDL 177/2021, que autoriza o presidente da República a abandonar a Convenção 169 da OIT e o PL 3729/2020 que destrói o licenciamento ambiental. Não é por outro motivo que afirmamos que a PL 490/07 e seus correlatos são inconstitucionais perante a previsão dos artigos 231 e 232 da Constituição de 1988.

A PL 490/07 viola ainda o art. 7, 13-19 da Convenção n. 169 da OIT, na medida em que transfere para o Congresso Nacional competência para deliberar sobre as terras indígenas inclusive em como serão exploradas, o qual não tem representação e participação dos povos indígenas, povos originários do Brasil e, muito menos, de cada etnia que ainda aguarda suas terras por serem demarcadas. A PL 490/07 é claramente um projeto que defende os interesses do agronegócio, do extrativismo e os interesses econômicos associados, retirando qualquer controle e participação dos povos originários nos processos de demarcação, reconhecimento e garantia de seus territórios.

Nossa assembleia também entende que a Constituição é letra morta se não é efetivada. É por essa razão que faremos avançar nossa luta, visto que, na prática, a PL 490/07 já está se efetivando. Vemos o arrendamento de soja e milho avançando em Terras Indígenas Guarani e Kaiowá, como denunciado por parentes de Yvy Katu e por recente carta divulgada pela Kuñangue Aty Guasu e como denunciado na assembleia por Dourados Amambaipaguá I e Lagoa Rica-Panambi. Por trás do arrendamento vem o grande latifundiário e o apoio da própria FUNAI através da Instrução Normativa (IN) 01/2021, que mascara o arrendamento em nossas terras com o termo “Parceria” e “Organizações Mistas”. Na prática, a IN libera o arrendamento em nossos territórios, que é uma forma de despejo e de genocídio e fere o usufruto exclusivo e a inalienabilidade da terra, além da autodeterminação e nossa autonomia, na medida em que coloca nossa terra nas mãos de grandes empresas estrangeiras e apenas beneficia pequenos grupos que não representam o nosso povo, trazendo de volta a fome para os *tekoha*. O arrendamento está trazendo muitos prejuízos e são feitos por interesses egoístas que atrapalham a luta coletiva. Normalmente troca-se terra por valores irrisórios ou por nada. Além disso, vemos a água acabando nos *tekoha* como consequência do agronegócio. Os caminhões



pipas passam só uma vez por semana nos *tekoha* e nossa água está envenenada pelas monoculturas e os venenos usados na soja, na cana e no milho, provocando muitos problemas de saúde inclusive contra crianças e idosos.

A assembleia da Aty Guasu também se posicionou contra a militarização da FUNAI e da SESAI, como demonstram as diversas manifestações organizadas por nosso povo - incluindo a ocupação do DSEI em Dourados - que resultam do claro desmonte da saúde indígena. Nossas iniciativas autônomas por meio das barreiras sanitárias para conter o novo coronavírus nos *tekoha* desde o início da pandemia comprovam este fato, tendo em vista os inúmeros parentes mortos e infectados ao redor do país. As áreas de retomada não foram atendidas pelo programa de imunização do Governo Federal que, como, internacionalmente reconhecido, foi desastroso, transformando o país e os territórios indígenas em grandes cemitérios - ultrapassamos mais de 500 mil mortos subnotificados.

Frente a isso, também observamos o risco de aprovação do Marco Temporal, que define que as Terras Indígenas só serão reconhecidas se comprovadamente ocupadas a partir do dia 5 de outubro de 1988. Isso ignora o fato de que somos originários - existimos, como nossas terras, antes da existência do Estado brasileiro. Os Guarani e Kaiowá foram os primeiros a serem afetados pela tese do Marco Temporal, pois em setembro de 2016 o STF anulou a demarcação e a Portaria Declaratória de Guyraroka, o que já foi revertido por meio de nossa incansável luta. A tese criminosa anula ou impede a demarcação e criminaliza as lideranças e comunidades. No dia 30 de junho, o Marco Temporal entra em pauta novamente no STF através da chamada Repercussão Geral, que será julgada por meio do Recurso Extraordinário n.º 1.017.365, e seu resultado valerá para todos os Povos Indígenas do país. Ao mesmo tempo, a PL 490/07 será votada em plenário.

Finalmente, denunciemos nesta carta que, após a finalização da assembleia da Aty Guasu, 12 camionetes Hilux junto com Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Polícia Militar (PM) se posicionaram em frente a entrada da Kunumi Poty Verá em clara tentativa de intimidação e lançaram drones para vigiar a comunidade, que foram imediatamente registrados em vídeo por um morador do *tekoha*. O acontecimento demonstra que o Estado e os ruralistas não ficam em paz quando os povos indígenas se movimentam e lutam por sua terra e por seus direitos. Repudiamos mais esta invasão e agressão contra nosso *tekoha guasu*. Não irão nos intimidar e não irão nos calar.

Enfrentamos um dos mais graves momentos de nossa história e, através dos *nhanderu* e *nhandesy*, - que trazem a origem verdadeira - iremos seguir resistindo após 521 anos de luta. Por todos estes motivos, viemos denunciar o genocídio e etnocídio em curso realizado pelo Estado brasileiro, sob o comando de Jair Bolsonaro contra os povos indígenas e, em especial, o povo Guarani e Kaiowá. Destinamos esta denúncia aos povos e movimentos populares em luta ao redor do mundo, aos órgãos internacionais de direitos humanos e de proteção povos indígenas, à Organização das Nações Unidas, para que seja feita a justiça ao povo Guarani e Kaiowá. A seguir, nosso plano de lutas:



- Enfrentar o Marco Temporal e a PL 490/07, encaminhar lutas e manifestações dos *tekoha*, incluindo bloqueio de rodovias, para demonstrar a força dos povos originários. Para isso, precisamos:
- Encaminhar próxima reunião do Conselho Aty Guasu e uma reunião específica sobre os problemas na saúde indígena;
- Elaborar mais discussões sobre a tática de organização, movimentação e enfrentamento para responder a altura os ataques aos povos originários;
- As lideranças devem acompanhar de perto o Conselho Municipal e Distrital de saúde para cobrar melhores atendimentos;
- Organizar as retomadas para conseguir acesso à água, que é um direito fundamental, pois sem água não podemos viver;
- Buscar assinaturas contra a PL 490/07 e o Marco Temporal;
- Se aliar com outros povos indígenas, como os Terena e, também, outros movimentos de luta - camponeses, quilombolas, sem teto, sem terra, etc. - para barrar os ataques e elevar nossa força;
- Levantar campanhas de denúncia, discussão e acompanhamento sobre a situação das lideranças perseguidas e presas, como o caso de Leonardo de Souza, dentre muitos outros;
- Preparar-se para fortalecer a autodemarcação de nossos territórios, única garantia de defender nossos *tekoha*.

